

# EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO: DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DO ALUNO AUTISTA NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

HERGINZER, Paloma<sup>1</sup>  
1257362  
CALVE, Tatiane<sup>2</sup>

## RESUMO

Um dos assuntos relacionados à educação mais citados em discussões é a inclusão escolar. Após à vigência da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que afirma que é dever das escolas, incluírem todos no processo de aprendizagem acreditou-se que as mudanças educacionais poderiam beneficiar aos alunos. A inclusão ainda não ocorre efetivamente, existindo vários fatores que atrapalham e atrasam o desenvolvimento dessa ação. Entre os diferentes públicos atendidos na educação inclusiva, está o autista, principalmente nas aulas de educação física. As características do autista são específicas, como dificuldades na interação social, na comunicação e concentração em atividades, aumentando a dificuldade de aplicação de uma metodologia correta e inclusa. Alguns dos grandes fatores responsáveis pela exclusão do aluno autista, é a falta de conhecimento e capacitação do professor. Com o aumento das matrículas no ensino fundamental nas séries iniciais a solução para os conflitos se torna mais desafiadora. O país ainda precisa se desenvolver nos aspectos educacionais relacionados à inclusão como por exemplo: investimentos nas formações dos professores, projetos de acompanhamento e maior apoio dos órgãos competentes. A metodologia desse trabalho foi bibliográfica através de buscas sobre artigos e relatos relacionados ao tema no google acadêmico, também foi utilizado dados de números de matrículas no site do INEP, Censo /escolar 2019. O objetivo desse trabalho foi levantar a essa discussão e analisar as principais divergências que ocorrem durante o processo de inclusão do aluno autista, enfatizando pontos importantes para a melhora e sucesso no aprendizado desse aluno.

**Palavras-chave:** Autismo. Educação Física Escolar. Inclusão. Ensino Fundamental

## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente muito se discute sobre a importância da inclusão do aluno com necessidades educativas especiais. A luta pela inclusão é um direito de todas as pessoas com deficiência e um dever de todos, dos familiares, professores, alunos e comunidade escolar. Conforme consta na Constituição Brasileira, no artigo 208, todas

---

<sup>1</sup> Aluna do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso.8 - 2020. (semestre e ano).

<sup>2</sup> Professora Orientadora no Centro Universitário Internacional UNINTER.

as pessoas têm direito à educação, em todos os níveis, e não poderia ser diferente com as pessoas com deficiência e necessidades educativas especiais.

Art. 208, que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Nos artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996, s. p).

No Brasil, o direito educacional à pessoa com deficiência entrou em vigor em 2015, quando foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que é clara e objetiva:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 1996, s. p).

A inclusão escolar é um processo que está em constante desenvolvimento principalmente no Brasil, a isso podemos atribuir as inúmeras instabilidades no sistema educacional. Para que haja um ensino de qualidade para todos os públicos a inclusão precisa acontecer por completo, ou seja, todos precisam participar e não apenas o corpo docente escolar, mas, todos os funcionários e famílias são, também, fundamentais nesse processo. A inclusão é exclusivamente voltada ao público excluído, ou seja, alunos com alguma dificuldade ou necessidade de educação especial.

[...] em determinadas circunstâncias, lhes são atribuídas características especiais para dirigir-lhes tratamento, proteção e assistência, (mas ao mesmo tempo), criar ao seu redor uma rede de relações de dominação e de poder, na qual o indivíduo tratado, protegido e assistido é inferiorizado e normalizado por conta de sua anormalização que justifica a criação desta estrutura. (ROSS, 2000, p. 255).

Conforme citado o aluno de inclusão necessita de tratamentos especiais, porém é fundamental a inclusão dele no meio social. Infelizmente, na prática essa inclusão, pouco acontece. A falta de informação em relação a diagnósticos entre os familiares, a estrutura oferecida pelas escolas e a falta de conhecimento de professores prejudica o andamento do processo. Professores sem capacitação pode vir a causar a exclusão

de alunos com necessidades educativas especiais, prejudicando seu processo de aprendizagem e desenvolvimento. Entre esses alunos com deficiência e necessidades educativas especiais que estão incluídos nas aulas regulares no âmbito escolar, está o autista.

O primeiro caso diagnosticado com autismo foi descoberto de forma simultânea por dois médicos, porém, cada um foi analisado de formas diferentes por cada um deles, dois grandes psiquiatras pesquisadores, Johann Hans Friedrich Karl Asperge, psiquiatra austríaco, cujo sobrenome é usado no termo técnico atualmente. O Dr. Asperge descreveu os casos de crianças que eram autodidatas, com a inteligência acima da média, ou até mesmo considerado como “dons”. O outro médico é Leo Kanner, também austríaco, radicado nos Estados Unidos, estudava e pesquisava sobre outras características do autismo, como a dificuldade na comunicação, e problemas com a socialização. Ele focou e observou os casos mais severos da doença, ou seja, as pesquisas que aconteciam ao mesmo, complementaram uma à outra e após esse momento surgiram então mais pesquisadores sobre o autismo, permitindo que mais pessoas fossem diagnosticadas precocemente, facilitando a descrição e aplicação de melhores forma de tratamento.

O intuito desse trabalho é contribuir para o tema e apontar as principais dificuldades de todos os envolvidos nesse processo de inclusão do aluno autista no Ensino Fundamental I.

## **2. INCLUSÃO ESCOLAR**

Anteriormente ao início do processo de inclusão, o público com necessidades especiais era atendido somente em unidades psiquiátricas, eles não possuem direitos e muitas vezes, eram abandonados pela sociedade. O início da luta pela inclusão escolar foi influenciado pelos Americanos, conforme citado por Mendes, (2006, p. 391).

Analisando-se a literatura sobre inclusão escolar, constata-se que, em geral, sua origem é apontada como iniciativas promovidas por agências multilaterais, que são tomadas como marcos mundiais na história do movimento global de combate à exclusão social. Entretanto, entendemos que essa é uma versão romantizada dessa história, e a tese apresentada aqui é a de que o movimento pela inclusão escolar de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais surgiu de forma mais focalizada nos

Estados Unidos, e que, por força de penetração da cultura desse país, ganhou a mídia e o mundo ao longo da década de 1990.

No Brasil a inclusão e os termos relacionados a educação especial, iniciou um em meados de 1990 um vínculo com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), esse material foi criado em uma Conferência Mundial sobre Educação Especial na Espanha, o intuito desse documento foi reformular as diretrizes de educação para que toda criança com necessidades especiais tenha acesso e direito à educação em escolas regulares, entre outras implicações que foram definidas para esse público. Apesar de todo esse processo anteriormente citado somente nos anos 2000 que foi implantada a política no Brasil nomeada como Educação Inclusiva, a partir desse momento grandes discussões acontecem sobre o tema e sobre as maiores dificuldades encontradas por todos que estão envolvidos com esse público. Não é somente o aluno que é importante para esse processo funcionar corretamente, é necessário o apoio de familiares, do ambiente escolar e uma compreensão de toda a sociedade.

Segundo Sacadi (2014) na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e em outros, como os transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento desses estudantes. Apesar de toda essa mudança e leis regulamentadas a inclusão encontra-se em processo de desenvolvimento, atualmente, em várias partes do país, a mesma ainda não saiu do papel e infelizmente prejudica o aprendizado de muitos alunos autistas na rede de ensino regular, além da precarização das escolas, falta capacitação dos professores e apoio familiar.

## **2.1 Autismo**

Atualmente, é possível obter-se o diagnóstico de autismo mais cedo, até mesmo antes dos 3 anos de idade, facilitando a interação e desenvolvimento da criança, podendo chegar à fase adulta com menor número de limitações. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS):

Uma síndrome presente desde o nascimento ou que começa quase sempre durante os trinta primeiros meses. Caracterizando-se por respostas anormais a estímulos auditivos ou visuais, e por problemas graves quanto à compreensão da linguagem falada. A fala custa aparecer e, quando isto acontece, nota-se ecolalia, uso inadequado dos pronomes, estrutura gramatical, uma incapacidade na utilização social, tanto da linguagem verbal quanto corpórea (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1998).

O maior desafio para um autista é a interação social, devido à dificuldade na comunicação, não que o portador de autismo não se comunique, ele se expressa de outras maneiras, porém, para ele o isolamento e ambientes silenciosos podem ser mais prazerosos. Existem diagnósticos de autismo leve, médio e grave sendo classificados do número 1 ao 3, com o aumento de nível as dificuldades e os sintomas são mais intensos, e os desafios aumentam. Essa é a importância de conhecer a síndrome do espectro autista na fase infantil, onde a família ou envolvidos consigam começar a trabalhar maneiras metodologias para a criança vir a se desenvolver. Conforme a família passa a ter uma melhor compreensão aprofundada no assunto eles entendem as necessidades da criança autista, evitando crises e até instruindo na inclusão dessa criança no meio social.

O Transtorno do Espectro Autista só foi reconhecido e classificado como doença na Organização Mundial da Saúde em 1993, apesar da quantidade de estudos relacionado ao transtorno, nota-se uma um recorte temporal grande, entre a descoberta e conceito da doença que foi explorado e teve origem em 1940, o mais interessante dessa descoberta na década de 40 foi que a mesma aconteceu ao mesmo tempo, porém por dois pesquisadores e médicos diferentes. Para Kanner (1943), o primeiro estudioso que inventou a palavra autismo, descrevia a doença com os sintomas mais intensos das crianças as quais analisava, ele aplicou ênfase nas dificuldades de interação das crianças, e os denominava como anormais e obcecados.

O transtorno “patognomônico” fundamental é a incapacidade da criança de relacionar-se de modo usual com pessoas e situações desde o início da vida.... Existe desde o início, uma extrema solidão autista que, sempre que possível, desconsidera, ignora, exclui tudo o que vem de fora. (KANNER, 1943, p. 242)

Para Hans Asperger (1944) os estudos indicavam situações e diagnósticos diferentes. O Dr. Asperger, pesquisador e psiquiatra, não contou em seu estudo crianças que apresentavam sintomas severos antes dos 3 anos de idade, e o que mais atraiu atenção em suas observações foram as habilidades que alguns de seus

pacientes autistas apresentavam para determinados assuntos, que não eram vistos em crianças, não autistas, da mesma faixa etária observou-se também, que a maioria dos casos das crianças estudadas eram de meninos. Toda essa contribuição de Asperge para a pesquisa tornou-se conhecida em 1980, quando o conceito é retirado dos manuais como doença de psicose e é englobada no (CID 10) conhecida como Classificação Internacional de Doenças incluindo como Transtornos globais de Desenvolvimento.

Toda criança necessita de estímulo para seu desenvolvimento não é diferente com crianças autistas sendo esse estímulo ainda mais necessários pois , devido ao atraso no desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM) .Manter a criança autista concentrada em algo por um tempo maior é um desafio, por isso também é interessante o diagnóstico precoce, para estimular e trabalhar o desenvolvimento da melhor forma, realizar uma análise do comportamento da criança é ideal para o início desse planejamento de metodologias que poderão ser utilizadas para seu desenvolvimento cognitivo e motor.

Desde os primeiros estudos realizados sobre o autismo, métodos para auxiliar e estimular o desenvolvimento das crianças são observados, é de suma importância destacar que, para que todo o processo ocorra de maneira adequada, faz-se necessário uma análise comportamental, um planejamento para saber qual a melhor maneira de abordar o autista, afinal pessoas diagnosticadas com autismo leve possuem comportamentos diferentes dos outros níveis, logo, que a metodologia aplicada terá que ser diferente e pensada minuciosamente.

Diante do diagnóstico do autismo, é importante avaliar seu DNPM, com objetivo de traçar uma estimulação precoce para então, iniciar uma avaliação educacional e conduzi-la a uma boa evolução (FIORE; CORREIA, 2010). Muitos pesquisadores estudaram ao decorrer do tempo qual o melhor estímulo para o desenvolvimento cognitivo e motor do autista, muitas abordagens foram mencionadas e são defendidas por psiquiatras, psicólogos e os profissionais do ambiente escolar, entretanto é preciso analisar cada autista para obter o planejamento certo. Uma das abordagens mais citadas é a psicomotricidade que basicamente é, a ciência que estuda o movimento corporal do homem. De acordo com (BRASIL, 2012, p. 1) o autismo é considerado:

I –deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e das interações sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de

reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II –padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Além da psicomotricidade, alguns profissionais inseridos no meio do autismo optam também por trabalhar com outras metodologias como a equoterapia, que é a convivência e atividade relacionada com os cavalos e é um método praticado por muitos terapeutas, estudos apontam que o cavalo ajuda na estimulação de linguagem corporal da criança autista. Apesar de inúmeras metodologias existentes, é de extrema importância uma análise comportamental antes da aplicação de qualquer metodologia, os autistas não iguais, logo as maneiras de trabalhar com eles são diferentes.

## **2.2 Formação e desafios dos professores**

Recentemente se discute muito sobre a formação inicial dos professores e, o quão estão preparados para enfrentar os desafios de uma sala de aulas, e as diferenças dos alunos. Não foi sempre que o aluno de educação física teve a disposição a disciplina de Educação física adaptada, foi, a partir dos anos 80 após o Ano Internacional da Pessoa Deficiente, que se iniciou uma discussão a partir do objetivo de chamar a atenção para leis e movimentos que implantassem a igualdade de oportunidades para as pessoas com necessidades especiais, após várias pesquisas relacionadas ao acesso e direito desse público. Ao decorrer dos anos aplicou-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais, a exigência de que os cursos de formação inicial de professores ofereçam uma disciplina que trate conhecimento sobre pessoas com deficiência, como resposta às discussões organizadas pela SEED/MEC, e reivindicações incluídas na Carta de Batatais (RIBEIRO; ARAÚJO, 2004).

Após vários projetos e discussões, houve uma atualização na Lei 9394/96 que dá ênfase ao público especial dentro e fora da sala de aula, salientando que o profissional que está entrando no mercado é obrigado e necessita do entendimento básico para o público especial. Os cursos de pedagogia contam com a disciplina de inclusão, é papel da escola e dos professores participarem e acompanhar o desenvolvimento de todos os alunos inclusive os que tem dificuldades no desenvolvimento, essa mudança ocorreu e ficou vigente no ano de 2006, Nas

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (CNE, 2006), ressaltando a importância que os futuros profissionais da educação tenham conhecimento sobre a política da educação inclusiva e sobre as metodologias pedagógicas para aplicar em sala.

Utilizando as metodologias corretas após de uma análise profunda sobre o aluno autista, a educação física só tem a contribuir no seu desenvolvimento cognitivo e motor do aluno. Estudos comprovam que as crianças que praticam atividades regulares das aulas de educação física podem sentir melhoras significativas para o desenvolvimento motor. No caso de escolas regulares o professor deve sempre salientar a inclusão não somente do aluno autista, mais sim do restante dos alunos nesse meio, através dessa convivência os próprios colegas pois, também constroem a relação de respeito e entendem as diferenças da turma, é interessante que ambos vivam experiências diferentes, e aprendam com a dificuldade do outro.

Com todas essas atualizações curriculares, ainda é necessário que o professor continue sua formação, infelizmente, a formação continuada não é realidade de muitos professores, e esse, pode ser um dos principais fatores da escola não ser inclusiva, a falta de conhecimento do professor é insuficiente na aplicação de novas metodologias e desenvolvimento de muitos alunos, acarretando então na exclusão daqueles que deveriam ser incluídos. Desde a percepção do professor em sala sobre o aluno que necessita de atenção especial, para análise do seu comportamento para aplicação da melhor metodologia, essa é a importância e o diferencial desse profissional em uma escola. A formação continuada permite ao professor maior desempenho e conhecimento científico de seus desafios diários, além de proporcionar experiências novas aos alunos, pois esses profissionais podem conhecer novas metodologias ligadas a tecnologia que hoje são muito úteis em sala de aula. Conforme é previsto em lei citado no trecho do Art. 62.

Art. 62-A. A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. (BRASIL, 2013, s.p.)



Diante de todo esse cenário demonstrado ainda é um desafio para muitos professores e profissionais da educação, muitos ainda enfrentam dificuldades como falta de apoio familiar, falta de recursos didáticos, entre outros empecilhos. Após a resolução referente a Educação Especial, tendo como objetivo a inclusão dos alunos que portam algum tipo de deficiência foi publicado outro artigo que cita os direitos desses alunos, ou seja, a aplicação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), induzindo aos professores que trabalham nessa área que:

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado: I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial; II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais; IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009, s.p.).

Afirmando que é de extrema importância o apoio dos professores no ambiente escolar para o acontecimento da aplicação da educação com qualidade para os alunos que fazem parte desse público. É confirmado cientificamente que a prática de atividade física para autistas é uma grande aliada ao desenvolvimento desses indivíduos. Segundo Ricco (2017, p. 6) “Exercícios físicos são benéficos à população autista, reduzindo comportamentos estereotipados e ampliando os níveis de atenção, cognição e interação/comportamento social e emocional”.

Levando em conta esse histórico é necessário metodologias específicas para os professores de Educação Física na aplicação das aulas, porém, falta recursos e conhecimento. Segundo uma pesquisa realizada por Pizzolo, (2014) no município de Nova Veneza, Santa Catarina em três escolas com alunos autistas, os professores de Educação Física não possuem especialização e, aliado a esse fator existe a precariedade de materiais para a aplicação de aulas inclusivas.

Apesar de todo esse contexto a maioria dos professores de Educação Física escolar, ainda almejam e se interessam pela inclusão. Conforme citado em outro relato de pesquisa.

Os resultados mostraram que os professores de um modo geral se revelam otimistas com relação à inclusão de alunos com deficiência em suas aulas. O item relatado com menor otimismo foi, o apoio percebido, esse item, aborda a forma como os professores percebem o apoio recebido da escola, a presença de equipe multidisciplinar de apoio e recursos materiais. (GREGUOL; MALAGODI; CARRARO, 2018, s.p.)

### **2.3 A inclusão do aluno autista nas aulas de educação física**

É um grande desafio para o professor de educação física incluir o aluno autista em suas aulas, devido o autista apresentar instabilidade no seu humor, falta de interação social, comunicação e concentração, são encontradas inúmeras dificuldades na aplicação de uma aula, por isso é de extrema importância o profissional saber a metodologia correta para esse aluno não ser excluído das aulas além de que, as mesmas contribuem para o desenvolvimento motor e cognitivo do autista, uma aula aplicada corretamente estimula e melhora o desempenho e convivência no ambiente escolar.

... Essas melhoras são por conta da Educação Física feita com a professora particular em casa, que essas aulas é um dos tratamentos realizados pelo meu filho onde eu acho muito importante para seu desenvolvimento nas aulas da escola, já que lá ele não tem atenção especial..." Assim fica evidente que a Educação Física na escola não traz as melhoras significativas no desenvolvimento integral do seu filho, pois o conhecimento da mãe sobre a síndrome é amplo. A mesma é profissional da área da saúde e pesquisadora da síndrome, participa ativamente de palestras, cursos, congressos, nacionais e internacionais. De acordo com ela são as aulas particulares que desenvolvem as habilidades de seu filho" (COSTA; SILVA; SANTOS, 2015, p.4).

Segundo uma pesquisa realizada por Mello, Fiorini e Coqueiro (2019). Identificou-se que os Professores de Educação Física (PEF) souberam definir o Transtorno do Espectro Autista (TEA), relataram a importância das aulas de Educação Física para o desenvolvimento geral do aluno com TEA, porém, algumas questões negativas foram citadas como a falta do diagnóstico do aluno, de apoio da escola e de conhecimento do PEF sobre o tema, além de faltar respostas mais justificadas em cada questão. A grande maioria dos professores não é capacitada para aplicar as

metodologias corretas ou até mesmo não conhece sobre o transtorno e é citado a falta do diagnóstico do aluno, muitos são excluídos das aulas por não receber o tratamento adequado dentro e fora da escola.

Em outro relato de experiência com os dados recolhidos por outra pesquisadora em contato com a mãe de um aluno autista de uma escola regular cita-se.

...a mãe salienta que os dias em que o aluno autista não participa da aula por vontade própria, são quando as aulas são mais direcionadas para um esporte que este não gosta, ou quando ele está muito agitado e com dificuldade de concentração. A mãe ainda relata que os próprios colegas o ajudam, a superar suas dificuldades, incluindo-o nas atividades e brincadeiras, quebrando assim, o paradigma do preconceito, relata que as professoras são bastante atenciosas. Lamenta que ainda faltam algumas informações concretas sobre tal diferença, no entanto todos fazem o melhor que podem. Com bases nos relatos e depoimentos obtidos na pesquisa podemos inferir que o trabalho com o aluno autista está sendo desenvolvido, buscando a inclusão e integração do mesmo e o seu posterior desenvolvimento individual e coletivo (SCHALEMBERGUER, 2017, p.3).

Nota-se que a inclusão acontece e que alguns professores se esforçam para não excluir os alunos das aulas, porém percebemos que ainda é preciso desenvolver muito no assunto, os professores poderiam realizar uma metodologia para introduzir o autista nos esportes, e mesmo esse pouco que foi relatado nessa escola com resultados positivos ainda não é necessário suficiente para que a inclusão saia do papel.

Conforme, Marroco e Rezer (2010) enfatiza que:

O profissional de Educação Física deve utilizar atividades baseando-se no que a criança gosta, não impondo algo que ele nunca teve contato ou não gosta, acrescentando-as gradativamente conforme a criança for se adaptando.

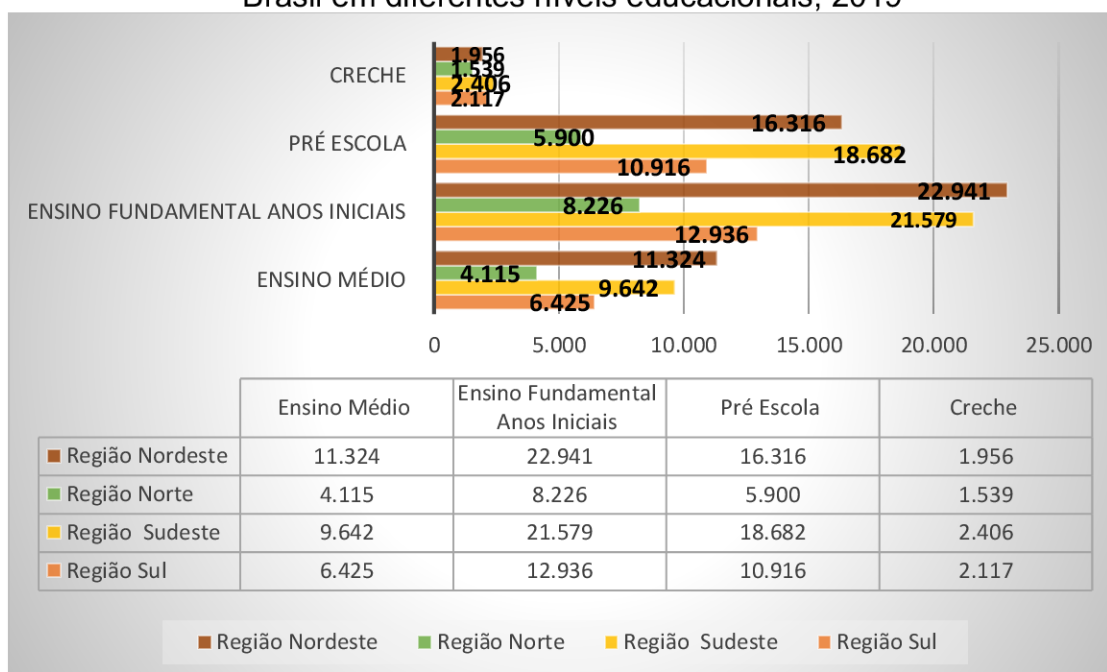
Conforme verificamos nos relatos citados é possível concluir que para a inclusão do autista nas aulas de Educação Física é necessário a metodologia correta, e aplicação de atividades específicas, o professor não deve impor o dever de ele realizar tarefas que nunca teve contato, esse é o primeiro passo do professor ganhar a confiança desse aluno, lembrando que os alunos autistas não são iguais, cada um com sua personalidade e especificações, então uma metodologia não se aplica a todos, uma aplicação de atividades com circuitos, objetos mais intuitivos são uma das opções a se utilizar nas aulas, notamos, em um dos relatos que os colegas de sala de aula também auxiliam nesse processo, ajudando e apoiando o aluno autista,

essa é a importância dos professores sempre enfatizarem o valor da inclusão nas aulas, realizarem atividades que todos participem e até mesmo buscar o apoio da escola em eventos ou informações sobre todas as diferenças existentes no ambiente escolar.

## 2.4 Alunos autistas matriculados no Ensino Fundamental

Segundo uma pesquisa divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2019), 157.020 milhões de alunos autistas foram matriculados em diferentes níveis escolares no ano de 2019 no Brasil, os dados foram filtrados por idades dos alunos devido a informação do nível escolar não estar disponível. Levando em consideração que alunos da região norte só iniciaram o convívio escolar a partir de 2 anos de idade, observamos na pesquisa abaixo que mais de 50% dos alunos autistas não concluem o ensino médio e que, na maioria dos casos, muitos alunos iniciam o ensino fundamental, sem ter frequentado a pré escola, um dos dificultadores para o desenvolvimento desse público a superar o processo de inclusão.

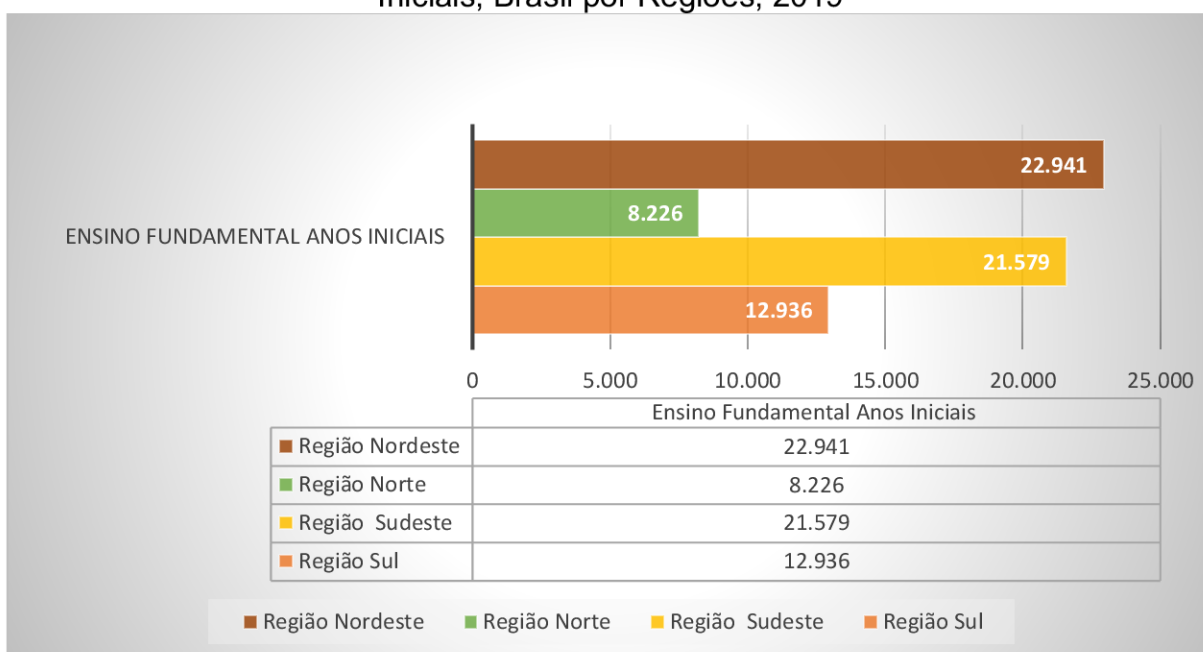
Gráfico 1- Número de Alunos Autistas Matriculados na Rede de Ensino Pública no Brasil em diferentes níveis educacionais, 2019



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do Censo Escolar 2019

Aplicando outro filtro específico com os dados fornecidos pelo INEP (2019), foram observados dados de alunos matriculados somente no ensino fundamental anos iniciais, os números sobem comparando anos anteriores, porém, conforme citado anteriormente na figura 1, os números contabilizados são somente dos alunos que apresentam laudos e diagnósticos do transtorno espectro autista, alguns acabam ficando sem apoio e auxílio da sociedade devido a precariedade ao acesso do conhecimento do transtorno.

Gráfico 2 - Número de Alunos Autistas Matriculados no Ensino Fundamental Séries Iniciais, Brasil por Regiões, 2019



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do Censo Escolar 2019

Analisando a figura 2 notamos o número de alunos autistas matriculados no ensino fundamental séries iniciais por regiões no Brasil, é verificado um maior número na Região Nordeste e o menor número de matrículas na região norte.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi classificada como bibliográfica e descritiva, elaborada por meio de livros, sites com dados especializados do Censo Escolar INEP, artigos com discussões no assunto obtidos da base no Google Acadêmico. Na base de dados

do google acadêmico os filtros utilizados foram: educação física escolar, autismo, educação física inclusiva, inclusão, educação física inclusiva no ensino fundamental.

As consultas realizadas no site do (Censo Escolar/INEP), foram retiradas dos resultados de 2019, e as séries dos alunos foram indicadas conforme as informações das idades e datas de nascimento deles. Após o download do arquivo foram filtradas as regiões e alunos do ensino fundamental das séries iniciais.

Também foram utilizados relatos de experiência em situações de inclusão com aplicação de metodologias educacionais e entrevistas realizadas por outros autores com familiares e professores do meio ambiente escolar.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos concluir que a inclusão nas aulas de Educação Física é um grande desafio, porém é de interesse do meio escolar em geral a aplicação da educação inclusiva em todas as turmas e faixas etárias. Foram apontados situações e pontos que dificultam e atrapalham o processo por completo, além da precarização das escolas, falta capacitação dos professores, falta de diagnóstico dos alunos autistas e até apoio familiar. Uma das resoluções para esse problema pode ser continuar insistindo na formação continuada dos professores e apoio maior aos alunos autistas em relação aos diagnósticos e apoio familiar.

Vale ressaltar que o aumento de matrículas de alunos autistas no ensino fundamental séries iniciais está crescente a cada ano, sem as devidas providencias tomadas o número de exclusão e evasão também pode aumentar.

Notou-se um recorte temporal grande entre as pesquisas, ou seja, é um assunto que é preciso pesquisar e aprofundar mais, os dados dos alunos autistas matriculados que são disponibilizados no site INEP, dão vazão há várias pesquisas futuras.

Logo, tendo em vista os aspectos observados conclui-se que, em geral a inclusão escolar do aluno autista ainda não saiu do papel, e que nas aulas de Educação Física as dificuldades são maiores, principalmente com os alunos autistas que possuem dificuldade maior na interação social e comunicação, a inclusão ainda tem um longo caminho a ser percorrido e só poderá ser atingida, em sua totalidade, com o apoio e inserir o envolvimento de toda a sociedade e comunidade escolar.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Salete Regiane Monteiro. **A inclusão escolar das crianças com autismo do Ciclo I do Ensino Fundamental: ponto de vista do professor**. Repositório Institucional UNESP, 2015.

BARBOSA, Marily Oliveira. **O transtorno do espectro autista em tempos de inclusão escolar: o foco nos profissionais de educação**. Revista Educação Especial, vol. 31, 2018.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997

BRASIL. Lei nº. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista**; e altera o § 3º. do art. 98 da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

BRASIL. LEI Nº 12.764. **Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista** 3º do art. 98 da Lei nº 8.112. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acessado em 16/06/2020.

BRASIL. LEI Nº 9394/96 – **Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional** – 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf). Acessado em 16/06/2020

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira INEP. **Censo Escolar**. (2019). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados> Acessado em: 16/06/2020.

BRASIL. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. (2009).

CANEDA GONÇALVES, Cristina Rezende; CHAVES LOPES, Tania Marisa. **A Percepção do professor e do tutor frente a inclusão da Criança no ensino regular**. Aletheia [online], 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/article/view/3238> acessado: 29/11/2020

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA NECESSIDADES ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE, SALAMANCA. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994 Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394> acessado: 12/11/2020

COSTA. Ana Paula, SILVA. Karine Barros, SANTOS. Wemyclênia, Lira. **Adaptações Na Educação Física Escolar Para Inclusão Do Aluno Autista: Um Estudo De Caso**. ( v. 1, n. 1, 2015) . Disponível em:

<https://www.seer.ufal.br/index.php/eaei/article/view/2150/1628>, acessado em 09/12/2020

DIAS ALVARENGA, Fabrícia Miranda; LUNA CORTES, Poliana Campos; ALVES BARRETO, Liliane; DENUCCI MOZZER, Moniqui Aguiar. **A Visão Do Professor Em Relação Ao Transtorno Do Espectro Autista**. (2020).

FIGLIORINI, O. B. **O Papel Da Conexão Afetiva Na Construção De Um Programa De Intervenção Precoce Para Crianças Recém-Diagnosticadas Autistas Ou Com Risco Autístico**. *Psicol. clin.*, v. 22, n. 2, p. 211-219, 2010.

GOMES, C. G. S.; MENDES, E. G. **Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte**. *Revista Educação Especial*, v.16, n.3, p. 375-396, (2010).

GOMES, Claudia; REY GONZALES, Fernando Luis. **Inclusão escolar: representações compartilhadas de profissionais da educação acerca da inclusão escolar**. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2007

GREGUOL, Marcia, MALAGODI, Bruno Marson, CARRARO, Attilio, **Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares**

LIMA, Stéfanie Melo, LAPLANE, Adriana Lia Frizman. **Escolarização de Alunos com Autismo**. (2016)

MAROCCHO, V.; REZER, C. R. **Educação Física E Autismo: Relações De Conhecimento**. In: Congresso Sul brasileiro de Ciências do Esporte, 5, (2010), Santa Catarina. Anais do V Congresso Sul brasileiro de Ciências do Esporte. Disponível: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/sulbrasileiro/vcsbce/paper/view/1967>  
Acesso em: 12/12/2020

SACADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**.(2014)

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192) acessado em: 12/12/2020

MELLO.L, FIORINI SALZANI.L. L, COQUEIRO PEREIRA. D. **Benefícios Da Educação Física Escolar Para O Desenvolvimento Do Aluno Com Transtorno Do Espectro Autista Na Percepção Dos Professores**. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, vol 20, nº 1, (2019)

MENDES, Goncalves Enicéia. **A Radicalização Do Debate Sobre Inclusão Escolar No Brasil**. (2006). *Revista Brasileira de Educação* v. 11 n. 33.

NUNES, Débora R. P; SCHMIDT, Carlos. **Educação Especial E Autismo: Das Práticas Baseadas Em Evidências A Escola**. *Caderno de Pesquisa* vol. 49, (2019). **Professores nas Escolas Regulares**. *Revista Brasileira de Educação Especial*,



Vol.24 no.1 (2018) Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382018000100033&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382018000100033&script=sci_arttext) Acessado: 16/06/2020

PIZZOLO, Tuani Zanoni. **O Desafio Da Inclusão Escolar Nas Escolas Estaduais Do Município De Nova Veneza-SC: Olhares Dos Professores De Educação Física.** (2014) Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/3066> acessado:08/12/2020

RIBEIRO, Sônia Maria; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. **A Formação Acadêmica Refletindo Na Expansão Do Desporto Adaptado: Uma Abordagem Brasileira.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 25, n. 3, p. 7-160, maio 2004

RICCO, Ana Claudia. **Efeitos da atividade física no autismo.** 2017. 37 f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Educação Física) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Biociências (Campus de Rio Claro), 2017.

ROSS, Paulo Ricardo. **O Normal E O Patológico Na Sociedade Moderna Pós-Moderna.** In: 111 Congresso Brasileiro Sobre Síndrome De Down, Curitiba, (2000).

SANTOS, Vivian, NASSIM, Chamel Elias. **Caracterização das Matrículas dos Alunos com Transtorno do Espectro do Autismo por Regiões Brasileiras** (2018)

SCHALEMBERGUER, Aline Sarturi. **A Inclusão Do Aluno Autista Nas Aulas De Educação Física: Quebrando Paradigmas.** (pág. 3, v. 2, n. 1, 2017) Disponível em: <https://www.ulbracds.com.br/index.php/sieduca/article/view/1069/157> acessado:08/12/2020

SILVA, A. B. B. **Mundo singular: entenda o autismo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382018000400465&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382018000400465&script=sci_arttext&tlng=pt) Acesso em: 07/12/2020

SOUZA, Rosana Aparecida; SANTOS, Joseane de Almeida; SILVA, Juliana; SOARES, Stéfany Almeida. **Uma reflexão sobre as políticas de atendimento para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista.** Rio de Janeiro: CADERNO UNIFOA, (2019).

TEMPLE GRANDIN, Mary; PANEK, Richard. **O Cérebro Autista: Pensando através do Espectro.** Record, (2015)

WHITMAN, Thomas L. **O Desenvolvimento do Autismo.** M.Books do Brasil Editora LTDA (2015)